

BAHEMA S.A.

CNPJ/MF nº 45.987.245/0001-92

NIRE 35.300.185.366

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2018**

Senhores acionistas,

A Administração da Bahema S.A. (“Companhia”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”), vem apresentar a V. Sas. as propostas abaixo, a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”). A AGO será realizada em primeira convocação, no dia 27 de abril de 2018, às 9h30, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.369, 8º andar, conjuntos 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01452-000, observada a legislação societária vigente e as disposições do Estatuto Social da Companhia.

Atenciosamente,

BAHEMA S.A.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGO

Os acionistas detentores de ações da Companhia poderão comparecer à sede da Companhia na data da AGO e proferir seus votos ou, caso não possam fazer-se presentes, lhes é facultado nomear um procurador, observando-se as regras de legitimação e representação a seguir descritas, ou exercer seu voto por meio do preenchimento e envio do Boletim de Voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481.

ACIONISTA PRESENTE:

O acionista que desejar participar da AGO deverá se apresentar alguns minutos antes do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) pessoa física: documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas;
- (ii) pessoa jurídica: documento de identificação com foto do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (ata de eleição de diretoria ou da administração);
- (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: documento de identificação com foto do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica.

ACIONISTA REPRESENTADO POR PROCURADOR:

O acionista que não puder comparecer à AGO poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, na forma prevista no parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das Sociedades por Ações.

As procurações, nos termos do parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia, (ii) ser advogado ou (iii) ser instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos. Para os acionistas pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da

CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2013 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o mandatário cumprir qualquer dos requisitos elencados nos itens (i) a (iii) acima.

O acionista representado por procuração deverá seguir o seguinte procedimento:

Entrega dos Documentos de Representação	A Companhia solicita aos seus acionistas que, se possível, depositem na sede social da Companhia até às 9:30 do dia 26 de abril de 2018, ou seja, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia.
Documentos de Representação	(i) instrumento de mandato com observância dos requisitos previamente mencionados, conforme aplicável (Procuração); (ii) Estatuto Social ou Contrato Social e ata de eleição de diretores ou administradores, caso o acionista seja uma pessoa jurídica; (iii) e documento de identificação com foto do(a) procurador(a) ou representante legal.
Local de Entrega da Documentação de Representação	Sede social da Bahema S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.369, 8º andar, conjuntos 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A solicitação de entrega prévia da procuração, pelos acionistas que pretendem fazer-se representar por procurador legalmente constituído, tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da AGO, não representando qualquer óbice à sua participação.

O Estatuto Social da Companhia não prevê a possibilidade de procurações outorgadas por meio eletrônico.

VIA BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA:

Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia adotou o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas participem da AGO mediante o preenchimento e a entrega do boletim de voto à distância (“Boletim de Voto”), disponibilizado pela Companhia, nesta data, no seu website de relações com investidores (www.bahema.com.br), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br).

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da AGO:

- (i) diretamente à Companhia;
- (ii) por instruções de preenchimento transmitidas a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou
- (iii) por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador.

A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto à distância deverá ser recebido em até, no máximo, 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até às 23h:59min do dia 20 de abril de 2018.

Voto à Distância Exercido Diretamente:

O acionista que optar por enviar o Boletim de Voto à distância diretamente à Companhia deverá encaminhar os seguintes documentos à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.369, 8º andar, conjuntos 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo:

- (i) via física do Boletim de Voto à distância devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia dos documentos descritos no item de participação de Acionista Presente acima, conforme o caso.

Caso assim lhe convier, o acionista também poderá enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos acima para o endereço eletrônico ri@bahema.com.br.

Uma vez recebidos o Boletim de Voto à distância e os documentos que o tiverem acompanhado, a Companhia comunicará o acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481.

Voto à Distância Exercido Por Intermédio de Prestadores de Serviços:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central, ou para a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários, no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central, observadas as regras e prazos por esses determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com a Itaú Corretora de Valores S.A., conforme o caso, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto à distância, bem como os documentos e informações que venham a ser por eles exigidos.

A Companhia esclarece que serão **desconsideradas** instruções de voto conflitantes, assim entendidas aquelas provenientes de um mesmo acionista que em relação a uma mesma deliberação tenha votado em sentidos distintos em instruções de voto entregues por prestadores de serviços diferentes.

Informações Adicionais

Desde que o respectivo Boletim de Voto à distância seja considerado válido pela Companhia, o acionista que decidir votar à distância será considerado presente para todos os efeitos da Lei das Sociedades por Ações.

Durante o prazo de votação à distância, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes julgar necessário, prevalecendo aquela da qual constar, validamente, a data mais próxima à data de realização da AGO.

A instrução de voto proveniente de um mesmo acionista será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, conforme o caso, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo agente escriturador.

Caso haja divergência entre as informações constantes de eventual Boletim de Voto à Distância enviado diretamente à Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo escriturador em relação a um mesmo acionista, a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo agente escriturador prevalecerá, sendo desconsiderado o referido Boletim de Voto recebido pela Companhia.

Também serão desconsideradas, pela mesa da AGO, instruções de voto à distância de acionistas ou representantes de acionistas que, comparecendo fisicamente à AGO, solicitarem exercer o voto presencialmente.

Lembramos, por fim, que a equipe de Relações com Investidores está ao dispor para esclarecer quaisquer dúvidas sobre procedimentos, prazos e matérias para deliberação através dos seguintes canais de comunicação:

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2369 - 8º andar - CJ 812/815

Jd. Paulistano - São Paulo - SP- BRASIL

Cep: 01452-000

Telefone: (55 11) 3081-7142

E-mail: ri@bahema.com.br

BAHEMA S.A.

CNPJ/MF nº 45.987.245/0001-92

NIRE 35.300.185.366

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da BAHEMA S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia, a ser realizada em 27 de abril de 2018, às 9h30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.369, 8º andar, conjuntos 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01452-000, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes; (ii) aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com utilização de reserva de lucro e parte da reserva legal para absorção do prejuízo apurado; e (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores para o exercício social de 2018.

Observações:

1. Poderão participar da Assembleia Geral Ordinária, ora convocada, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam nesta Proposta da Administração:

PRESENCIAL: os acionistas titulares das ações de emissão da Companhia poderão participar da AGO, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária das ações – Itaú Corretora de Valores S.A., e portando os seguintes documentos: (i) peessoa física - documento de identificação com foto; (ii) peessoa jurídica - cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

PROCURAÇÃO: As procurações poderão ser outorgadas de forma física, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Proposta da Administração. O representante legal do acionista deverá comparecer à AGO munido da procuração e demais documentos indicados nesta Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade.

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA: A Companhia disponibilizará para essa AGO o sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM 481, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por

meio de seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes nesta Proposta da Administração.

A Companhia solicita aos seus acionistas que, caso possível, depositem os documentos indicados nesta Proposta da Administração, na sede social da Companhia, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. Nos termos do artigo 5º, §2º, da Instrução CVM 481, o acionista que comparecer à assembleia munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

2. Esta Proposta da Administração para a AGO conforme previsto na Instrução CVM 481 e os demais documentos a ela relativos encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e na internet, nos endereços eletrônicos da Companhia (www.bahema.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). Além disso, os demais documentos exigidos nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76 se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia; e os demais documentos exigidos nos termos do art. 9º da Instrução CVM 481 foram disponibilizados.

São Paulo, 27 de março de 2018.

Guilherme Affonso Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ORDEM DO DIA:

(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A proposta da Administração da Companhia é pela aprovação do Relatório de Administração, bem como das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das suas respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, que aprovaram o balanço da Companhia referente ao exercício social de 2017, sem ressalvas.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes foram divulgados em separado e estão disponíveis à consulta de V. Sas. na página eletrônica da Companhia (www.bahema.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (internet).

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso III da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão disponíveis abaixo e nas páginas eletrônicas mencionadas acima..

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Comentário dos Administradores da Companhia, em atendimento ao Art. 9º da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009.

10.1 Condições Financeiras e Patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais
Os Diretores entendem que a Bahema S.A. apresenta condições financeiras e patrimoniais gerais compatíveis com o negócio da companhia. A carteira de investimentos financeiros é composta, em sua quase totalidade, por ativos de liquidez imediata. Em contrapartida a carteira de investimentos operacionais é composta por participações societárias em instituições de ensino básico. A companhia optou por adotar postura conservadora em relação à utilização de recursos de terceiros, e ao final de 2017 o endividamento bancário é imaterial, composto basicamente de empréstimos e financiamentos de imobilizados em geral para manutenção da operação escolar.
b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas (em milhares de reais)
Os Diretores entendem que a Bahema S.A. apresenta estrutura de capital adequada ao negócio da companhia, considerando o último aumento de capital aprovado na RCA de 31/07/17, no valor de R\$30.555mil subscritos e integralizados no âmbito de uma Oferta Restrita em 03/08/17, com a emissão de 568.152 (quinhentas e sessenta e oito mil cento e cinquenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, passando a R\$56.950mil. Atualmente a companhia não possui plano para resgate de ações. Ao final de 2017, a utilização de capital de terceiros (empréstimos e financiamentos) é imaterial.
c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos
As controladas indiretas Escola da Vila e Somater apresentam suficiente geração de caixa. A controladora Bahema S.A. apresenta confortável grau de liquidez, portanto apresenta capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros assumidos. Na posição de 31/12/2017 os investimentos financeiros de liquidez imediata alcançavam R\$37.551mil e os compromissos financeiros com bancos são compostos basicamente de empréstimos e financiamentos de imobilizados em geral para manutenção da operação escolar no valor de R\$ 124mil.
d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas
Em 31/12/17 a Companhia e suas controladas apresentam compromissos financeiros com bancos que são compostos basicamente de empréstimos e financiamentos de imobilizados em geral para manutenção da operação escolar no valor de R\$ 124mil.
e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Dada a confortável posição de liquidez e a inexistência de planos de investimento ou compromissos financeiros de curto ou médio prazos, atualmente a Bahema S/A não necessita e nem tem a intenção utilizar linhas de financiamento para capital de giro.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

Vide resposta ao item “e” acima.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados (em milhares de reais)

Vide resposta ao item “e” acima.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Demonstrações do Resultado

Demonstrações de resultado		R\$mil		
Conta	2.017⁽²⁾	2.016	2.015⁽¹⁾	
Receita líquida	37.635	-	-	
Custos	<u>-21.615</u>	---	---	
Lucro bruto	<u>16.020</u>	---	---	
Receitas e despesas administrativas				
Despesas administrativas e gerais	-10.795	-1.485	-1.339	
Remuneração dos administradores	-1.144	-454	-452	
Remuneração do pessoal	-3.171	-624	-524	
Benefícios do pessoal	-580	-90	-48	
INSS	-1.025	-251	-264	
FGTS	-286	-263	-85	
Depreciações e amortizações	-582	-27	-8	
Pensionistas	-107	-129	-118	
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	
Outras receitas/despesas	<u>-259</u>	<u>303</u>	<u>1.560</u>	
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	<u>-1.929</u>	<u>-3.020</u>	<u>-1.278</u>	
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	2.804	9.990	2.977	
Despesas financeiras	<u>-3.477</u>	<u>-5.150</u>	<u>-299</u>	
Resultado financeiro líquido	<u>-673</u>	<u>4.840</u>	<u>2.678</u>	
Lucro do Exercício Antes dos Impostos	<u>-2.602</u>	<u>1.820</u>	<u>1.400</u>	
Impostos correntes	-1.419	-189	-	
Impostos diferidos	---	---	<u>-608</u>	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>-4.021</u>	<u>1.631</u>	<u>792</u>	
Atribuído aos acionistas controladores	-4.557	1.631	792	
Atribuído aos acionistas não controladores	536			
Lucro (Prejuízo) básico por lote de mil ações – R\$	<u>-5,41</u>	2,70	0,13	

Número de ações do capital social	1.171.970	603.818	6.038.183
Demonstrações de resultado		R\$mil	
Conta	2.017⁽²⁾	2.016	2.015⁽¹⁾
Receita líquida	37.635	-	-
Custos	<u>-21.615</u>	-	-
Lucro bruto	<u>16.020</u>	-	-
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	-10.795	-1.485	-1.339
Remuneração dos administradores	-1.144	-454	-452
Remuneração do pessoal	-3.171	-624	-524
Benefícios do pessoal	-580	-90	-48
INSS	-1.025	-251	-264
FGTS	-286	-263	-85
Depreciações e amortizações	-582	-27	-8
Pensionistas	-107	-129	-118
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-
Outras receitas/despesas	<u>-259</u>	<u>303</u>	<u>1.560</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	<u>-1.929</u>	<u>-3.020</u>	<u>-1.278</u>
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	2.804	9.990	2.977
Despesas financeiras	<u>-3.477</u>	<u>-5.150</u>	<u>-299</u>
Resultado financeiro líquido	<u>-673</u>	<u>4.840</u>	<u>2.678</u>
Lucro do Exercício Antes dos Impostos	<u>-2.602</u>	<u>1.820</u>	<u>1.400</u>
Impostos correntes	-1.419	-189	-
Impostos diferidos	-	-	<u>-608</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>-4.021</u>	<u>1.631</u>	<u>792</u>
Atribuído aos acionistas controladores	-4.557	1.631	792
Atribuído aos acionistas não controladores	536		
Lucro (Prejuízo) básico por lote de mil ações – R\$	-5,41	2,70	0,13
Número de ações do capital social	1.171.970	603.818	6.038.183
⁽¹⁾ 2015 reapresentado nas demonstrações financeiras de 2016 (veja nota explicativa 3j da referida demonstração financeira). ⁽²⁾ 2017 Em razão da aquisição de sociedades controladas diretas e indiretas terem ocorrido em 2017, bem como da inexistência de informações financeiras consolidadas em 2016 e 2015, via de regra, os comentários sobre o resultado de 2017 a seguir referem-se aos números consolidados da Companhia e suas controladas.			
A Companhia e suas controladas registraram em 2017 um prejuízo de R\$4.021mil, ante um lucro líquido de R\$1.631mil em 2016, e lucro de R\$792mil reportado em 2015.			

Inicialmente, ressaltamos que a comparação entre as demonstrações financeiras ano a ano fica prejudicada em razão da aquisição de sociedades controladas diretas e indiretas terem ocorrido em 2017, bem como da inexistência de informações financeiras consolidadas em 2016 e 2015. O Demonstrativo de Resultado do Exercício acima reflete a contabilidade societária da Companhia e suas controladas para o ano de 2017 e da controladora para 2016 e 2015.

O prejuízo consolidado de 2017 ocorre devido à diminuição do resultado financeiro da controladora Bahema S.A., da contabilização de juros sobre a dívida de aquisição da Escola da Vila, da amortização de mais valia pela mesma operação e do custo de manutenção da controladora, conforme detalhado a seguir. Em contrapartida, esse prejuízo foi atenuado pelo resultado positivo da Escola da Vila que apresentou lucro operacional no exercício de 2017.

Para melhor compreensão, nesta análise do desempenho da Bahema e suas controladas, classificaremos as receitas e despesas administrativas em três grupos: Despesas Administrativas Ordinárias, Receitas e Despesas Financeiras e Receitas e Despesas Extraordinárias.

As Despesas Administrativas Ordinárias englobam a Remuneração da Administração, Despesas com Pessoal e as Despesas Gerais Administrativas, excluídas certas provisões, tratadas como extraordinárias para o fim deste relatório. O aumento de R\$ 4.502 ou 249% em 2017 com relação à 2016 nas rubricas de despesas com pessoal é principalmente devido à consolidação do resultado consolidado do Centro de Formação de Professores, empresa controladora da Escola da Vila. Estes mesmos gastos no comparativo de 2016 e 2015, aumentaram 20% para R\$1.039mil, sobretudo em decorrência de verbas rescisórias geradas pela redução do quadro de empregados, sendo que o reajuste salarial anual foi de 8,56%, percentual mínimo determinado pela convenção coletiva. O aumento de R\$9.310 mil ou 627% na rubrica de Despesas Gerais Administrativas ocorreram também devido à consolidação do resultado do Centro de Formação de Professores e são compostas basicamente por pagamentos a serviços prestados por terceiros na operação das unidades escolares e aluguéis destas unidades. Estas despesas no comparativo de 2016 com 2015, totalizaram R\$ R\$3.531mil em 2016 e R\$2.651mil em 2015, portanto um aumento de R\$880mil ou 33%. As despesas jurídico-societárias, entre as quais se incluem honorários advocatícios, contábeis e de auditoria independente, aumentaram R\$ 407mil ou 46% em 2017 totalizando R\$ 1.284mil. Também foram substancialmente maiores em 2016 no comparativo com 2015, principalmente devido ao programa de investimentos da empresa, totalizando R\$877mil em 2016.

As Receitas e Despesas Financeiras registraram uma perda líquida de R\$673mil em 2017 ante um ganho líquido de R\$4.840mil em 2016 e um ganho líquido de R\$2.678mil em 2015, portanto uma diminuição de R\$5.513mil ou -114% na comparação anual. A variação apresentada ocorreu, devido à uma diminuição de R\$7.554mil ou -76% nas receitas financeiras da Bahema S.A.. Em 2016 foram resgatados em sua totalidade os fundos Teorema, já considerada a eliminação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial decorrentes da marcação a mercado, gerando um ganho na alienação desses Investimentos, que cresceu para R\$4.632mil, ante R\$2.382mil em 2015. Em contrapartida, com a consolidação do resultado do Centro de Formação de Professores as despesas financeiras aumentaram R\$1.673mil ou 32% para R\$3.477mil que são compostos principalmente sobre os juros dos contratos de aquisição da Escola da Vila. Estas despesas caíram para R\$154mil em 2016, versus R\$299mil em 2015, devido à amortização do saldo de Refis no exercício.

No grupo das Receitas e Despesas Extraordinárias incluem-se para fins deste relatório a constituição de provisões de diversas naturezas e as reversões de provisões dos exercícios anteriores. Nesse grupo registrou-se em 2017 uma perda líquida de R\$259mil, o que representa uma redução de R\$582mil ou -

180%, essa perda ocorreu devido à despesa com amortização da mais-valia da aquisição da Escola da Vila no valor de R\$1.204mil e das reversões de provisão de contingências e de déficit atuarial no valor total de R\$642mil. Em 2016 foi registrado um ganho líquido de R\$323mil, enquanto no ano anterior foi reportada uma despesa líquida de R\$702mil. Dentro desse grupo foi considerado o ajuste do resultado de 2015 acima mencionado, alterado para lucro de R\$792mil, portanto um crédito de R\$1.467mil, em decorrência da retificação da provisão para equacionamento do déficit atuarial do fundo de pensão, detalhado da Nota Explicativa 3-j da demonstração financeira do exercício findo em 2016. Além desse ajuste, o déficit atuarial sofreu nova redução em 2016, de R\$443mil, tanto em razão da valorização da carteira de ativos do plano de pensão quanto pela redução do valor presente das obrigações, conforme detalhado na Nota Explicativa 10 da demonstração financeira do exercício findo em 2016.

Análise do Balanço Patrimonial

Ativo

Conta	2.017 ⁽¹⁾	2.016	2.015
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	37.551	29.685	32.557
Mensalidades a receber	1.758	-	-
Adiantamentos	310	-	-
Impostos a recuperar	440	4.098	4.325
Contas a receber	71	6	5
Despesas a apropriar	<u>959</u>	<u>1</u>	<u>2</u>
	<u>41.089</u>	<u>33.790</u>	<u>36.889</u>
Não circulante			
Tributos a recuperar	5.144	1.142	-
Créditos Fiscais - IRPJ/CSLL Diferidos	-	-	-
Depósitos judiciais	457	441	487
Depósitos judiciais	1.545	-	-
Investimentos	10.353	670	8
Imobilizado	5.727	199	24
Intangível	<u>29.766</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>52.992</u>	<u>2.453</u>	<u>520</u>
Total do ativo	<u>94.081</u>	<u>36.243</u>	<u>37.409</u>

⁽¹⁾ 2017 Em razão da aquisição de sociedades controladas diretas e indiretas terem ocorrido em 2017, bem como da inexistência de informações financeiras consolidadas em 2016 e 2015, via de regra, os comentários sobre o balanço patrimonial de 2017 a seguir referem-se aos números consolidados da Companhia e suas controladas.

O aumento do caixa em 2017 no comparativo com 2016 é devido ao aumento de capital mencionado no item a. A redução do caixa observada em 2016, no comparativo com 2015, deveu-se à utilização do mesmo para fazer frente às despesas de overhead companhia, bem como a quitação parcial de débitos fiscais do programa Refis e a redução do déficit atuarial do plano de previdência privada.

Os impostos a recuperar referem-se a IRPJ e CSL recolhidos a maior e não compensados em exercícios posteriores, e foram gerados nos resgates das aplicações de fundos de investimentos e apuração de base negativa de imposto de renda e contribuição social. O valor de R\$5.144 registrado em tributos a recuperar refere-se a pedido de restituição desses mesmos impostos, reclassificados para o não circulante em 2017.

O aumento da conta de investimentos para R\$10.353mil refere-se principalmente à aquisição de 5% de participação na Progresso Participações S.A., sociedade mantenedora da Escola Parque no Rio de Janeiro, no valor de R\$ 7.750, investimento esse avaliado ao método de custo. A Bahema passará a concentrar sua atividade de investimentos no setor de educação, conforme adiante detalhado, e marca o retorno da companhia à participação direta em empresas.

Novos investimentos

Em 2016 a Bahema comunicou a seus acionistas e o mercado em geral uma importante decisão estratégica: realizar investimentos no setor de educação por meio da aquisição de escolas de ensino básico. Durante o 2º semestre do exercício de 2016 foram realizados diversos estudos nesse sentido, que finalmente se materializaram no início de 2017, através da aquisição de participações societárias em duas escolas. Conforme detalhado nos Fatos Relevantes de 14/02 e 02/03 e 30/06/17, a Companhia investiu um total de R\$44.834mil, sendo principalmente: R\$34.484mil na aquisição de 80% do capital social das sociedades mantenedoras da Escola da Vila, localizada em São Paulo, e R\$7.750mil na compra de 5% do capital social da Escola Parque, do Rio de Janeiro, valores que serão pagos de modo parcelado ao longo dos próximos 2 anos e sujeitos a certas condições. Adicionalmente, a Companhia anunciou a um empréstimo de R\$1.750mil que tem em garantia 10% das ações da Escola Balão Vermelho, em Belo Horizonte. Nos 3 casos, há a opção de compra da totalidade do capital social.

Passivo

Conta	2.017 ⁽²⁾	2.016	2.015 ⁽¹⁾
Circulante			
Fornecedores	422	35	24
Empréstimos e financiamentos	62	-	-
Obrigações trabalhistas	2.197	14	86
Obrigações tributárias	1.350	677	1.458
Adiantamento de mensalidades	6.131	-	-
Dividendos a Pagar	45	430	51
Provisão para contingências	-	-	180
Déficit atuarial a pagar	-	463	375
Outras contas a pagar	<u>12.415</u>	<u>371</u>	<u>49</u>
	<u>22.622</u>	<u>1.990</u>	<u>2.223</u>

Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	62	-	-
Obrigações tributárias	427	188	1.395
Imposto de Renda e Contr. Social Diferidos	-	-	435
Déficit atuarial a pagar	-	-	530
Provisão para contingências	791	180	-
Outras obrigações	<u>11.327</u>	<u>661</u>	<u>-</u>
	<u>12.607</u>	<u>1.029</u>	<u>2.360</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	56.088	26.395	26.395
Reservas de capital	33	33	33
Reservas de lucros	2.239	6.796	4.761
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	845
Lucros (prejuízos) acumulados	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>792</u>
	<u>58.360</u>	<u>33.224</u>	<u>32.826</u>
Participação de acionistas não controladores	492	-	-
Total do passivo	<u>94.081</u>	<u>36.243</u>	<u>37.409</u>

⁽¹⁾ 2015 reapresentado nas demonstrações financeiras de 2016 (veja nota explicativa 3j da referida demonstração financeira).

⁽²⁾ 2017 Em razão da aquisição de sociedades controladas diretas e indiretas terem ocorrido em 2017, bem como da inexistência de informações financeiras consolidadas em 2016 e 2015, via de regra, os comentários sobre o balanço patrimonial de 2017 a seguir referem-se aos números consolidados da Companhia e suas controladas.

A movimentação mais importante do passivo em 2017 está em outras contas a pagar devido ao registro das ações a pagar pela aquisição da Escola da Vila. Estas contas a pagar tem o valor total de R\$21.549mil, conforme detalhado nas notas 3.1 e 19 da Demonstração Financeira do exercício de 2017. As demais variações de 2017 são decorrentes da operação da Escola da Vila, com destaque para o saldo de adiantamento de mensalidades que registra o valor recebido em 2017 referente a cursos que serão atendidos no decorrer do exercício de 2018. Em 2016, no comparativo com 2015, merece destaque a redução de impostos, tanto no passivo circulante quanto não circulante, que se refere basicamente à quitação de débitos do programa REFIS. Outra evolução importante foi a redução da provisão do déficit atuarial do plano de previdência privada, que ao final de 2016 foi reduzido para R\$462mil. Em relação a este plano, cabe destacar que em agosto de 2014 a Bahema solicitou a retirada definitiva de patrocínio, que foi finalmente autorizada pela Previc em dezembro de 2016, estando totalmente liquidado em 2017. Finalmente, os Ajustes de Avaliação Patrimonial em 2015 referem-se à contrapartida do aumento do valor de mercado dos fundos Teorema de investimento em ações, que foram zerados em 2016 em razão do resgate total desses fundos, cujo ganho de capital foi integralmente reconhecido nas receitas financeiras, acima detalhadas.

10.2 Resultados Operacionais e Financeiros:

a) resultados das operações da Companhia
Vide comentários no item 10.1 acima.
b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços
Vide comentários no item 10.1 acima.
c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia
Não aplicável, dada a natureza do negócio da Bahema S.A. (holding de investimentos).

10.3 Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional
<p>Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos em 2015 e 2016. No entanto, conforme divulgado no Fato Relevante de 27 de junho de 2016, seguindo o objeto de participar de outras sociedades como acionista ou quotista, a companhia passou a realizar estudos para a realização de investimentos no setor de educação por meio da aquisição de escolas de ensino básico.</p> <p>Durante o 2º semestre do exercício de 2016 foram realizados diversos estudos nesse sentido, que finalmente se materializaram no início de 2017, através da aquisição de participações societárias em duas escolas. Conforme detalhado nos Fatos Relevantes de 14/02 e 02/03 e 30/06/17 e no item b abaixo.</p>
b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária
<p>Em 04/11/2014 a Bahema aderiu à oferta pública de aquisições da Tavex Algodonera S/A, ao preço de 0,24 euros por ação, totalizando EUR 1.289.290. A liquidação financeira da operação ocorreu em 22/01/2015, tendo sido os recursos internados no Brasil pelo valor de R\$ 3.868 mil, levando ao reconhecimento de uma perda na alienação do investimento de R\$300mil. Não houve constituição ou aquisição de participação societária no período 2014 a 2016.</p> <p>(a) Em 14 de fevereiro de 2017, a Controlada Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda. (anteriormente Bahema Educação SP S.A.) adquiriu o controle do Grupo Escola da Vila por meio da aquisição de 80% das ações ordinárias, conforme divulgado na Nota nº 3. O contrato também prevê uma opção de compra exercível pela Controlada dos 20% remanescentes após três anos, e uma opção de venda dos mesmos 20% exercível pelos acionistas vendedores;</p> <p>(b) Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia subscreveu 4.745 ações preferenciais, no valor de R\$ 667mil da empresa Vereda Educação S.A. R\$ 44mil foi integralizado no 1º trimestre de 2017, R\$ 162mil foi integralizado no 2º trimestre de 2017, R\$ 56mil foi integralizado no 3º trimestre de 2017, R\$ 278mil foi integralizado no 4º trimestre de 2017. Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia decidiu vender as 4.745 ações preferencias pelo valor de R\$ 539mil. O valor recebido foi R\$ 588mil, portanto a maior em R\$ 49mil que será devolvido para novos compradores em 2018;</p> <p>(c) Em 02 de março de 2017, a Controlada Bahema Educação RJ S.A. adquiriu 5% de participação do capital social da Progresso Participações S.A., sociedade mantenedora da Escola Parque no Rio de Janeiro, no valor de R\$ 7.750mil, sendo que desse valor R\$ 6.431mil foi pago no 1º trimestre de 2017 e o restante no</p>

valor de R\$ 1.319mil foi pago no 3º trimestre de 2017. O contrato também oferece uma opção de compra dos 95% restantes após três anos;

- (d) Em 06 de julho de 2017, a Companhia, através de sua controlada direta Bahema Educação RJ S.A., firmou com as proprietárias das quotas representativas da totalidade do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. um contrato de promessa de concessão de mútuo, outorga de opções, instituição de ônus e outras avenças, que determina, dentre outras coisas, a concessão de um mútuo no valor total de R\$ 3.400mil, com desembolso de duas parcelas de R\$ 1.700mil. O primeiro desembolso ocorreu em 07 de julho de 2017 e a segunda tem a data prevista de 06 de julho de 2018. No 4º trimestre de 2017 houve atualização de R\$ 50mil de juros.

Para a garantia do mútuo foram entregues à Bahema Educação RJ S.A. notas promissórias emitidas pelas mutuárias, bem como alienadas fiduciariamente em favor da Bahema Educação RJ S.A. 33.000 quotas do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. de propriedade das mutuárias. As quotas alienadas representam 20% do capital social e são objetos de opção de compra que pode ser exercida pela Bahema Educação RJ S.A. até 06 de julho de 2020. O preço do exercício será pago por meio de endosso, em favor de cada uma das mutuárias das notas promissórias emitidas pelo mútuo consignado.

As notas promissórias emitidas em razão da primeira parcela representam 10% do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. e podem totalizar 20% assim que concedida a segunda parcela do mútuo em 06 de julho de 2018.

O mútuo consignado vencerá em 30 de setembro de 2020 e sobre o valor total de cada parcela incidirão juros remuneratórios de 6,00% a.a.

O contrato firmado também estabelece a opção de compra de 80% do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda., que poderá ser exercida até 06 de julho de 2020, pelo preço certo e ajustado de R\$ 13.600mil, devidamente corrigido pela variação da taxa DI.

- (e) Em 18 de abril de 2017, a Companhia firmou contrato de mútuo no valor de R\$ 275mil com a Escola Mais Educação Ltda., o qual poderá ser convertido em participação societária de 5% na data de 17 de abril de 2018. Durante o exercício de 2017 houve atualização no montante de R\$25mil, correspondentes aos juros remuneratórios equivalentes à 1% ao mês.

Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia realizou investimento adicional, mediante aporte de capital no valor de R\$ 550mil contra uma transferência de participação societária, representativa de até 5,5% do capital social da Escola Mais Educação Ltda.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período 2015 a 2017.

10.4 Mudanças nas práticas contábeis

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Conforme descrito no item 10.3 a Companhia adquiriu investimentos em controladas e coligadas no segmento de educação básica, e a partir de 2017 passou a divulgar demonstrações financeiras consolidadas, dessa forma algumas novas práticas contábeis foram estabelecidas para o exercício de 2017. Veja item 10.5 abaixo.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.
c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor
Não existem ressalvas ou ênfases no parecer do auditor.

10.5 Políticas contábeis críticas da Companhia:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em fundos de investimentos com prazo de resgate abaixo de 90 dias, caracterizando-se como equivalentes de caixa.

c) Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

d) Mensalidades escolares a receber

Representam as mensalidades escolares já emitidas, porém não recebidas, acordos firmados com estudantes com mensalidades em atraso e cobranças judiciais. As antecipações recebidas no exercício corrente a título de antecipação escolar são classificadas no passivo circulante como adiantamento de alunos e reconhecidas ao resultado de acordo com o seu exercício de competência.

e) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosas

Constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades e negociações escolares a receber.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

ventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis e ágio
Reconhecimento e mensuração

- **Ágio**

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos

- **Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando

alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Plano de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para o plano de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. Os acordos contratuais firmados entre o plano de benefício definido e a Companhia estão registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica déficit atuarial a pagar. Qualquer alteração do referido acordo é ajustada contra o resultado do período em que ocorreu a alteração do acordo.

l) Investimentos

i) Base de consolidação

Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas (aplicável apenas na controladora) e coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de custo

Os investimentos em empresas nas quais o Grupo não possui influência significativa, são registrados pelo custo deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do período.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

ii) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

n) Instrumentos financeiros

• **Ativos financeiros não derivativos**

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

• **Registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

• **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Caso o Grupo tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então esses ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo superior, a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, além daqueles mencionados no item 4.3 do formulário de referência.

10.7 Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, vide item 10.6 acima.

10.8 Plano de negócios

A Bahema não divulga plano de negócios.

10.9 Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores com influência relevante.

ORDEM DO DIA

(ii) aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com a utilização de reserva de lucro e parte da reserva legal para absorção do prejuízo apurado.

O prejuízo da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 4.557 mil.

Conforme previsto no art. 189 parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Com base no artigo mencionado, a Administração da Companhia submete aos acionistas, recomendando a sua aprovação em AGO, a seguinte absorção do prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com base no artigo 189 supracitado:

- a) absorção parcial do prejuízo do exercício pela Reserva de Investimentos no montante de R\$ 3.400 mil; e
- b) absorção do saldo remanescente do prejuízo do exercício pela reserva legal no montante de R\$ 1.157 mil.

Após a absorção integral do prejuízo do exercício proposto acima, o saldo da Reserva de Capital no montante de R\$ 3.396 mil, passa a ser de R\$ 2.239 mil.

As informações referentes à absorção do prejuízo ora proposta estão devidamente refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais foram amplamente divulgadas, nos termos da legislação vigente.

Ressalte-se que a Companhia está dispensada de prestar as informações requeridas pelo “Anexo 9-1-II” da Instrução CVM nº 481/2009, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

ORDEM DO DIA:

(iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores para o exercício de 2018.

A Administração da Companhia propõe à Assembleia a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018, a se encerrar em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Em atendimento ao inciso II do artigo 12 da Instrução CVM 481, seguem abaixo as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência da Companhia.

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13. Remuneração dos Administradores

13.1 Política ou prática de remuneração dos administradores

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Manter a remuneração atualizada monetariamente através dos reajustes anuais e assegurar uma remuneração total superior à média do mercado, em empresas de atividade e porte semelhantes, de forma a assegurar a permanência dos administradores e colaboradores.

Para isso, a Companhia conta com um comitê de remuneração, formalmente constituído em RCA de 22 de dezembro de 2017 (vide ata), e que coordena os planos de remuneração e apresenta para aprovação pelo Conselho da Companhia. Também está em vigor um Plano de Opções, aprovado em AGE de 02 de outubro de 2017 e que pode ser consultado pelo link http://bahema.com.br/wp-content/uploads/sites/21/2017/10/BAHEMA_Plano-de-Remuneracao_02102017.pdf.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

1) Conselho de Administração

A remuneração é composta exclusivamente pelo pró-labore, mensal e fixo, totalizando doze pagamentos por ano, reajustado anualmente e limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral. Por decisão tomada em RCA em 18 de outubro de 2017, apenas o membro efetivo independente do Conselho de Administração, Oswaldo Soares Lopes Filho, recebe pró-labore. Os conselheiros suplentes só têm direito à remuneração no caso de substituição do titular.

2) Diretoria

A remuneração é composta por uma parcela fixa e outra variável. A parcela fixa é paga na forma de pró-labore mensal, totalizando doze pagamentos por ano, reajustado anualmente. A parcela variável é paga na forma de bônus anual, a ser discricionariamente distribuído entre os membros da diretoria conforme for deliberado pelo Conselho de Administração. A Companhia aprovou na AGE de 02 de outubro de 2017 a instituição de um Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano”), no entanto até o momento não houve nenhuma outorga de opções nos termos do Plano. Os membros da diretoria fazem jus, ainda, ao pagamento de plano de saúde.

3) Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal instalado.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Nos 3 últimos exercícios não foi feito o pagamento de qualquer remuneração variável aos administradores, 100% da remuneração total foi paga via pró labore mensal fixo. Para 2018, a expectativa é que no máximo 50% da remuneração global aprovada seja paga como remuneração fixa. O restante poderá ser pago como remuneração variável ou via incentivo de longo prazo por meio da outorga de opções nos termos do Plano já aprovado.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A determinação dos valores do pró-labore fixo mensal dos administradores é feita no âmbito do Conselho de Administração, com auxílio de um comitê de remuneração instituído em RCA de 22 de dezembro de 2017, limitada a remuneração ao montante global aprovado pela Assembleia Geral, e atualizada monetariamente anualmente, de forma a preservar o poder aquisitivo, e visando ser compatível com os valores praticados no mercado pelas empresas de atividade e porte semelhantes. Ao longo do tempo, os Diretores poderão fazer jus a aumentos reais por mérito. Quanto à parte variável, na eventual aprovação do do bônus anual, os valores individuais serão discricionariamente deliberados pelo Conselho de Administração, com auxílio do comitê de remuneração, sendo certo que o valor total da parte variável somado ao pró-labore fixo não poderá exceder o montante global aprovado pela Assembleia Geral. Quanto à parcela

da remuneração variável proporcionada pelo Plano de Opções, será decorrente das premissas previamente estabelecidas pelo Conselho de Administração, nos termos do Anexo 13 da Instrução CVM 481/09 e do Regulamento do Plano.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Nos últimos anos a Companhia começou uma novo ciclo de investimentos em educação, concretizado nas participações adquiridas em escolas conforme Fato Relevante de 14 de fevereiro de 2017. Esses investimentos têm objetivos de retorno de longo prazo. Sendo assim, os retornos esperados ainda não se materializaram, por isso não faria sentido uma remuneração variável para os administradores. A expectativa é que a partir de 2018 a Companhia comece a apresentar melhoras nos seus resultados e que seus administradores possam receber uma remuneração variável pelo sua participação em tais resultados.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente 6 membros titulares do Conselho de Administração decidiram, conforme ata de RCA de 18 de outubro de 2017, renunciar ao direito de receber qualquer remuneração fixa pelo seu trabalho. Os conselheiros entendem que a Companhia está começando uma nova fase de investimentos, em um setor diferente, e que por isso sua remuneração deve se basear exclusivamente no sucesso dessa nova fase.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os indicadores e metas que nortearão a remuneração variável e a aplicação do Plano serão determinados anualmente pelo Conselho de Administração, com auxílio do comitê de remuneração, conforme detalhado no Regulamento do Plano. Mas obrigatoriamente levarão em conta a geração de caixa operacional (EBITDA) das controladas e da controladora.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A partir de discussões entre a diretoria e o comitê de remuneração se cria uma meta global da Companhia, sempre atrelada à geração de caixa operacional (EBITDA) das controladas e da controladora, que vai servir como um gatilho para a remuneração variável dos executivos. A partir disso, metas individuais são traçadas para cada executivo, levando em consideração aspectos qualitativos e quantitativos. O acompanhamento constante do atingimento dessas metas é

feito individualmente e no final do período de avaliação se dá uma nota individual com base nos resultados atingidos e que, em composição com a meta global, vai definir a remuneração de cada executivo.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A remuneração fixa serve como um alinhamento de curto prazo com os executivos, os atraindo para a Companhia. Já a remuneração variável se alinha com as metas de médio prazo, já que seu pagamento é anual e baseado no resultado que o executivo trouxe ao longo daquele período, baseado também em aspectos qualitativos que ajudam a Companhia a estar estruturada para gerar bons resultados nos anos seguintes. Por último, o Plano de Opções serve para alinhar os interesses no longo prazo, já que prevê a possibilidade de um período de carência (*vesting*) para o exercício das opções.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos membros da administração é integralmente paga pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O comitê de remuneração é responsável por preparar uma proposta de remuneração para os membros da administração e apresentar ao conselho de administração da Companhia para aprovação final. A diretoria é responsável pela medição e acompanhamento de eventuais metas globais e individuais definidas para os administradores.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

É feito um estudo com abrangência limitada, usando informações públicas, para comparação da remuneração dos administradores com a média de mercado. O comitê de remuneração costuma desenhar um plano que inclua uma

remuneração fixa abaixo da média de mercado mas que seja compensando por uma remuneração variável ou via incentivos de longo prazo que compense isso.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O conselho de administração avalia anualmente a proposta do comitê de remuneração para a política de remuneração dos administradores da Companhia.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício social de 2015	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	4	3	0	7
Remuneração fixa anual	260.264,80	191.141,84	0	451.406,64
- Salário ou pró-labore - Benefícios diretos e indiretos - Participações em comitês - Outros				
Remuneração Variável				
- Bônus - Participação nos resultados - Participação em reuniões - Comissões - Outros				
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
<u>Total da remuneração</u>	260.264,80	191.141,84	0	451.406,64

Exercício social de 2016	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	4	3	0	7

Remuneração fixa anual	182.197,44	272.109,66		454.307,10
- Salário ou pró-labore - Benefícios diretos e indiretos - Participações em comitês - Outros	182.197,44	272.109,66		454.307,10
Remuneração Variável				
- Bônus - Participação nos resultados - Participação em reuniões - Comissões - Outros				
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
<u>Total da remuneração</u>	182.197,44	272.109,66		454.307,10

Exercício social de 2017	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	7	3	0	7
Remuneração fixa anual	200.417,18	873.600,00		1.074.017,18
- Salário ou pró-labore - Benefícios diretos e indiretos - Participações em comitês - Outros	200.417,18	873.600,00		1.074.017,18
Remuneração Variável				
- Bônus - Participação nos resultados - Participação em reuniões - Comissões - Outros				
Pós-emprego				

Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Total da remuneração	200.417,18	873.600,00		1.074.017,18

Exercício social de 2018 (previsão)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	7	3	0	7
Remuneração fixa anual	55.000,00	1.250.000,00		1.305.000,00
- Salário ou pró-labore - Benefícios diretos e indiretos - Participações em comitês - Outros	55.000,00	1.250.000,00		1.305.000,00
Remuneração Variável	95.000,00	1.100.000,00		1.195.000,00
- Bônus - Participação nos resultados - Participação em reuniões - Comissões - Outros	95.000,00	300.000,00		
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações		800.000,00		
Total da remuneração	150.000,00	2.350.000,00		2.500.000,00

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

A remuneração do conselho de administração e da diretoria foi fixa nos 3 últimos exercícios, e não há conselho fiscal instalado.

Existe a possibilidade de uma remuneração variável de até R\$95.000,00 e R\$300.000,00 para membros do conselho de administração e da diretoria estatutária respectivamente, referentes ao período de 2018.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrevendo:

A Companhia conta atualmente com um único Plano de Opções em vigor, aprovado em AGE em 02 de outubro de 2017. Ainda não houve nenhuma outorga de opção com base no plano, que pode ser acessado pelo link http://bahema.com.br/wp-content/uploads/sites/21/2017/10/BAHEMA_Plano-de-Remuneracao_02102017.pdf. Existe a possibilidade de se aprovar a outorga de opções com valor de prêmio de até R\$800.000,00 para a diretoria estatutária, referentes ao período de 2018.

13.5 Informações a respeito da remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve pagamento de remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais. Para 2018 ainda não há uma previsão do impacto no resultado da Companhia já que não se sabe período de carência ou preço de exercício de possíveis outorgas de opções, mas há um limite de R\$800.000,00.

13.6 Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Item não aplicável.

13.7 Informações a respeito das opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Item não aplicável.

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

Item não aplicável.

13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Ações/cotas detidas
Conselho de Administração	97.856 ações
Diretoria	140.987 ações
Conselho Fiscal	Não instalado

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item não aplicável.

13.11 Informações a respeito da remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Nº de membros	2	2	3	4	4	7
Valor da maior remuneração (Reais)	100.283,68	114.000,00	480.000,00	45.549,36	45.549,36	40.994,42
Valor da menor remuneração (Reais)	90.858,16	20.967,27	196.800,00	32.518,00	45.549,36	-
Valor médio da remuneração (Reais)	95.570,92	57.000,00	291.200,00	42.943,09	45.549,36	22.268,58

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para o emissor)

Não há.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

2015

Órgão	Nº de membros	% remuner
Conselho de Administração	2	59%
Conselho fiscal	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	3	100%
Total geral	5	76%

2016

Órgão	Nº de membros	% remuner
Conselho de Administração	2	50%
Conselho fiscal	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	3	100%
Total geral	5	80%

2017 – Não aplicável, pois a Companhia deixou de ter controlador definido;

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não houve.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não houve.

13.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.